



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0011931-77.2021.6.05.8000
INTERESSADO : ANDRÉ ANTON HADAD
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE
ASSUNTO : Nega provimento à impugnação e presta esclarecimentos

Decisão nº 1731114 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Cuida-se de pedido de esclarecimento solicitado pela empresa STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A. e, concomitantemente, impugnação ao Edital n.º 29/2021, apresentada pela empresa CTIS TECNOLOGIA S. A, conforme documentos n.ºs 1726234 e 1729271.

De referência à impugnação, argumenta a CTIS TECNOLOGIA S.A que a condição 11.1.7.2 do edital não se trata de requisito para habilitação e sim para assinatura de contrato e, para tanto, trouxe como referência o ACÓRDÃO TCU 1396/2012 – PLENÁRIO.

O pregoeiro designado para condução da licitação manifestou-se pelo não acolhimento da impugnação e submeteu à apreciação superior. Assim, manifestou-se conforme despacho em documento n.º 1729282, trecho em destaque:

Ante o exposto acima se depreende que o descrito no item 11.1.7.2 do edital que trata da capacidade técnico-profissional não vai de encontro as disposições contidas nos Acórdãos 103/2009 e 1.808/2011 do TCU. Entende o pregoeiro que as alegações da licitante CTIS TECNOLOGIA S.A. não encontram sustentação nos acórdãos citados acima, pelo fato de que a empresa entende que os documentos devem ser apresentados na fase de habilitação, diversamente do que prevê os acórdãos.

Quanto aos esclarecimentos solicitados pela empresa STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A, o pregoeiro submeteu à apreciação a questão apresentada no item 1 do pedido da empresa e se manifestou em documento n.º 1726234, ao tempo em que apresentou as seguintes ponderações:

Solicito responder o questionamento acima, entretanto impende fazer as seguintes ponderações: caso a empresa consulente apresente no dia da abertura do Certame a proposta mais vantajosa, considerando os benefícios concedidos pela desoneração da folha de pagamento, previsto no art 7º da Lei 12.546/2011, indubitavelmente, ela terá vantagem em relação as demais empresas que não foram contempladas com esse incentivo, e tiveram que apresentar suas propostas observando o regramento disposto no art. 22 da Lei 8.212/91.

A partir de Janeiro de 2022, quando cessarem tais incentivos a empresa terá que recolher seus encargos sociais aplicando a alíquota de 20% sobre a folha de pagamento. Com a oneração dos encargos sociais poderá haver quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nesta situação a Administração fará o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato?

Noutra perspectiva, no momento de juntar sua proposta sistema comprasnet, a licitante deve formular seus preços já considerando a perda do incentivo a partir de 2022, ou seja a formação dos preços de custo deve ser calculado com uma parte onerada e outra desonerada, conforme propõe o licitante na parte final da sua pergunta?

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral-ASJUR se pronunciou em parecer de n.º 487, documento n.º 1729160.

De referência à impugnação da CTIS TECNOLOGIA S. A, a ASJUR trouxe entendimento em parecer n.º 437/2016 (documento n.º 0236228 do SEI 0057223-61.2016.6.05.8000) e disposição do art. 65 da Lei 8666/93, concluindo:

4. Todavia, nos termos já defendidos pelo Pregoeiro, doc. n.º 1729282, o edital do Pregão n.º 29/2021 permite que a comprovação dos vínculos com a licitante se faça também mediante **declaração** da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, e ainda, **declaração** de que dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços (alíneas "b" e "c").

4.1. Ou seja, a empresa **opcionalmente** apresentará profissionais com vínculos formados mediante **contratos de trabalho, nos termos registrados em Carteira Profissional**, ou mediante **contratos de prestação de serviços ou contratos sociais**, ou ainda, **para relação futura, através de declarações** neste sentido. Esta forma vai ao encontro das decisões do TCU, quando afirma "*que o objetivo da Administração é garantir que os profissionais indicados possam, de fato, desempenhar suas funções para garantir a execução do objeto licitado*".

5. Cumpre, assim, esclarecer à CTIS que os profissionais deverão ser efetivamente indicados na licitação, permitindo-se a comprovação dos vínculos sob uma das formas ali indicadas, não se limitando à "*vínculo comprovado mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum*", nos termos expressamente criticados pelo TCU.

5.1. Aliás, é o que também se afirma no Acórdão n.º 1447/2015, Plenário - TCU:

"9.2.5. a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste;"

(...)

6. Quanto ao questionamento feito pela STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A, de fato, a planilha de formação de preços a ser apresentada no certame deve refletir a realidade da Contratada. Especificamente de relação ao benefício da "*desoneração da folha de pagamento*", cujo termo final está previsto para ocorrer em dezembro do ano em curso, entendemos que este fato não autoriza a apresentação de custos distintos, para períodos distintos, tampouco garante, por si só, a promoção de futura revisão dos preços contratados, nos moldes aventados pelo Pregoeiro, no doc. n.º 1726298.

8. Ademais, em breve pesquisa feita por nós, foi possível constatar que a "*Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 2541/21](#), que prorroga de dezembro de 2021 para dezembro de 2026 a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, considerados alguns dos mais intensivos em mão de obra*"¹.

8.1. Entre os setores beneficiados, a matéria elenca: "*calçados, call center, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas*". (grifamos)

9. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento da Impugnação da empresa CTIS TECNOLOGIA S.A, vez que a condição 11.1.7.2,

alíneas "b" e "c'", do edital do Pregão nº 29/2021 alinha-se ao posicionamento do TCU e permite que o vínculo dos profissionais seja comprovado por meras declarações, ainda que a apresentação do rol tenha que ocorrer no certame.

Sobre o pedido da empresa STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A, a ASJUR recomendou:

10. Quanto ao item 1 dos esclarecimentos suscitados pela STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A, deve-se informar à empresa que a proposta (*planilha de formação de preços*) deve refletir a realidade da empresa, e não pode apresentar custos distintos, para períodos distintos, em função da aventada retirada do benefício da *desoneração* da folha de pagamento, a partir do ano de 2022, e ainda, que este fato, por si só, não garante o direito à futura revisão de preços.

Deste modo, lastreado no parecer ASJUR n.º 487, documento n.º 1729160, que adoto como razão de decidir, e com base nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa 04/2021, **conheço da impugnação apresentada pela empresa CTIS TECNOLOGIA S. A e, no mérito, nego provimento à mesma.**

No que tange ao item 1 do esclarecimento solicitado pela empresa STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A, documento n.º 1726234, esclareça-se na forma recomendada pela unidade consultiva.

Ao NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida e publicar os esclarecimentos, prosseguindo-se ao andamento do procedimento licitatório.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 23/09/2021, às 17:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1731114** e o código CRC **9ECEC178**.